
Sumário

Apresentação.....	17
Nota da 5ª edição.....	19
Introdução.....	21
Capítulo I — Antecedentes Históricos do Cooperativismo	25
1.1. Breve histórico	25
1.2. Política Nacional de Cooperativismo	33
Capítulo II — Considerações Propedêuticas sobre o Instituto das Sociedades Cooperativas.....	39
2.1. Conceito.....	39
2.2. Natureza jurídica	46
2.3. Finalidade	54
2.4. Classificação	59
a) Cooperativa de produção.....	65
b) Cooperativa de prestação de serviços	65
c) Cooperativas de fornecimento de mão de obra	66
d) Cooperativas mistas	66
e) Cooperativas de intermediação de mão de obra subordinada.....	66
2.5. Estrutura interna	68
2.5.1. Limitação do quantitativo de diretores	73
2.5.2. Da estabilidade dos diretores eleitos.....	75
2.6. A criação e a extinção de sociedades cooperativas.....	77
Capítulo III — O Regime Constitucional e Infraconstitucional das Sociedades Cooperativas.....	89
3.1. Tratamento constitucional.....	89
3.2. Tratamento infraconstitucional: o novo Código Civil e a Lei n. 5.764/71	103
3.2.1. Princípio da adesão voluntária.....	103
3.2.2. Princípio da variabilidade ou dispensa do capital social	104
3.2.3. Princípio da limitação do número de quotas-partes	106
3.2.4. Princípio da singularidade de voto	107

3.2.5. Princípio da intransferibilidade de quotas a terceiros.....	108
3.2.6. <i>Quorum</i> da Assembleia Geral.....	109
3.2.7. “Distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelos sócios com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado” (inciso VII, art. 1.094, CC).....	110
3.2.8. Prestação de assistência aos associados.....	112
3.2.9. Quantitativo mínimo de associados	114
3.2.10. Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.....	115
3.2.11. Princípio setorial da não fraude.....	116
3.2.12. Princípio da responsabilidade flexível dos sócios.....	116
Capítulo IV — A Sucessão Trabalhista e a Sociedade Cooperativa de Trabalho	121
4.1. Crítica à terminologia.....	121
4.2. Definição do fenómeno sucessão trabalhista.....	122
4.3. Finalidade	122
4.4. Requisitos de configuração.....	123
4.5. Efeitos em relação ao sucessor e ao sucedido	129
a) O princípio da intangibilidade do contrato de trabalho	131
b) Continuidade do contrato de trabalho	132
c) Princípio da despersonalização do empregador	132
4.6. A possibilidade jurídica da cooperativa como sucessora.....	132
Capítulo V — Noções Gerais sobre o Instituto da Terceirização Trabalhista...	137
5.1. Noções gerais sobre a terceirização e a Lei Federal n. 13.429/17	137
5.2. Definição e natureza jurídica da terceirização trabalhista	138
5.3. Diferenciação entre terceirização de serviços e intermediação de mão de obra.....	142
5.4. Modalidades de terceirização trabalhista.....	149
5.5. Características da terceirização de serviços.....	158
5.6. Casos de terceirização vedados por lei	162
Capítulo VI — A Nova Disciplina Normativa do Trabalho Temporário no Brasil. Lei Geral de Terceirização — Lei n. 6.019/74.....	166
6.1. Generalidades sobre o trabalho temporário e a Lei Geral de Terceirização — LGT	166
6.2. Hipóteses de cabimento.....	168

6.3. Prazo do contrato temporário.....	171
6.4. Requisitos para criação de empresa de trabalho temporário — ETT	173
6.5. Direitos do empregado temporário na LGT (Lei Federal n. 6.019/74)	174
i) Direito ao meio ambiente de trabalho adequado como obrigação da ETMO (§ 1º, art. 9º)	177
ii) Do direito ao tratamento contratual equivalente	179
iii) Não incidência de contrato de experiência.....	183
iv) Direito, por exceção, ao reconhecimento do vínculo de emprego direta- mente com a empresa tomadora da mão de obra — ETMO	184
v) Direito à ampliação da base de garantia patrimonial do crédito traba- lhista	186
vi) Direito à indenização especial pela extinção do contrato de trabalho	187
vii) Direito de não ser cobrado em pecúnia pela admissão como empre- gado	188
viii) Direito à ampliação do prazo contratual por via coletiva	188
6.6. Diferenças entre o empregado temporário e o empregado de empresas de prestação de serviços terceirizados	189

Capítulo VII — A Nova Regulação Geral da Terceirização de Serviços no Âmbito da Lei Geral de Terceirização — LGT	191
7.1. Generalidades	191
7.2. Delimitação de sujeitos e objeto a ser terceirizado	191
7.3. A possibilidade de terceirização da atividade principal nas empresas toma- doras de serviço (ETS).....	196
7.4. A noção jurídica de atividade-fim.....	208
7.5. A nova concepção da terceirização trabalhista. Impossibilidade de caracte- rização do vínculo de emprego com o sujeito contratante dos serviços. A figura do empregador (Empresa Prestadora de Serviços — EPS) do trabalhador terceirizado	211
7.6. Requisitos legais de validade da terceirização de serviços.....	220
7.7. Direitos do empregado terceirizado por empresas prestadoras de serviços na Lei Geral de Terceirização — LGT (Lei Federal n. 6.019/74)	221
a) Direito ao meio ambiente de trabalho adequado como obrigação da ETS (art. 4º-C, II)	223
b) Do direito constitucional ao tratamento contratual equivalente.....	225
c) Direito ao reconhecimento do vínculo de emprego diretamente com a ETT	229
d) Direito de garantia patrimonial do crédito trabalhista.....	231

e) Direito de não ser desviado de função terceirizada.....	233
f) Não incidência de contrato de experiência em caso de contratação direta do empregado terceirizado pela empresa contratante (ETS)	234
Capítulo VIII — A Terceirização em Larga Escala e a Quarteirização	235
8.1. Antecedentes e desdobramentos	235
8.2. O fenômeno da quarteirização	247
8.3. Configuração dos elementos fático-jurídicos da relação de emprego	249
a) Pessoa natural	251
b) Pessoaalidade prestacional	253
c) Não eventualidade.....	254
d) Subordinação jurídica	254
e) Profissionalidade (ou onerosidade)	262
8.4. Casos admitidos de terceirização do trabalho	263
Capítulo IX — Terceirização Trabalhista e Exteriorização de Serviços (<i>Secundarização</i> ou Terceirização Empresarial)	267
Capítulo X — A Novel Lei Geral de Terceirização e a Súmula n. 331 do TST..	275
10.1. Análise do inciso I da Súmula n. 331, TST	275
10.2. Análise do inciso II da Súmula n. 331, TST	277
10.3. Análise do inciso III da Súmula n. 331, TST	280
10.4. Análise do inciso IV da Súmula n. 331, TST	284
10.5. Análise do inciso V da Súmula n. 331, TST	292
10.6. Análise do inciso VI da Súmula n. 331, TST	307
10.7. Análise pormenorizada e crítica da decisão proferida na ADC n. 16	309
10.7.1. A disciplina normativa da ADC no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro	309
10.7.2. Dados processuais da ADC n. 16.....	310
10.7.3. Fundamentos que embasaram o acórdão proferido na ADC n. 16...	311
10.7.4. Escólios críticos sobre a decisão proferida	317
i) Tese da carência da ação, falta de interesse de agir	317
ii) Requisito legal da controvérsia judicial relevante	317
iii) A questão da ambivalência entre ADC e ADI.....	318
10.7.5. Os problemas conceituais meritórios do acórdão proferido na ADC n. 16. Um museu de grandes novidades.....	319

Capítulo XI — As Cooperativas de Trabalho e o Direito Laboral	325
11.1. Noções gerais sobre o microssistema de terceirização trabalhista por meio de cooperativas de trabalho	325
11.2. O princípio setorial da não fraude	330
11.3. A terceirização de atividade-fim via cooperativas.	334
11.4. A questão do vínculo empregatício do cooperado com a cooperativa ou com o contratante.....	337
11.4.1. Antecedentes.....	337
11.4.2. Correntes interpretativas do art. 442, parágrafo único, da CLT	339
11.4.3. Juízo de dupla análise quanto à legalidade da terceirização no contexto das cooperativas de trabalho — Uma etapa na caminhada interpretativa	341
11.4.4. Impossibilidade de vínculo de emprego no caso de terceirização de serviços via cooperativas de trabalho. Técnica da inversão contratual.	344
11.4.5. Impossibilidade de vínculo empregatício no caso de cooperativas de terceirização de mão de obra ou de cooperativas mistas.....	353
11.4.6. Consequências decorrentes da irregularidade funcional das sociedades cooperativas	357
11.5. A figura do Núcleo Orgânico de Serviços Cooperados (NOSCOP)	359
 Capítulo XII — O Regime Jurídico Cooperativo-Laboral do Cooperado.	
Diferenças entre as Figuras do Cooperado e do Empregado.....	363
12.1. Generalidades	363
12.2. Análise da constitucionalidade dos direitos societários laborais dos cooperados integrantes de cooperativas de trabalho	365
12.3. O dever de obediência dos cooperados às diretrizes traçadas pela Assembleia Geral e a subordinação do empregado	371
12.4. Direitos cooperativos-laborais dos cooperados	374
12.4.1. Direito ao meio ambiente de trabalho adequado	374
12.4.2. Direito à garantia de responsabilidade solidária do contratante	380
12.4.3. Direito à retirada equivalente ao piso da categoria profissional	380
12.4.4. Direito à limitação da jornada de trabalho.....	384
12.4.5. Direito ao seguro de acidente de trabalho	386
12.4.6. Direito ao repouso anual remunerado	387
12.4.7. Direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade	387

12.4.8. Direito ao repouso semanal remunerado	390
12.4.9. Direito à retirada para o trabalho noturno superior à do diurno	391
12.5. Quadro comparativo entre a contratação direta de empregados x contratação de cooperativas de trabalho	392
Capítulo XIII — A identificação do ato cooperado trabalhista	403
13.1. Generalidades	403
13.2. A delimitação do ato cooperativo	405
13.3. O ato cooperado dentro do mesmo grupo de organizações.....	407
13.4. A atuação do Ministério Público do Trabalho	409
Conclusão	419
Referências Bibliográficas	425
Anexos	429
Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017.....	429
Projeto de Lei n. 4.302-E, de 1998.....	432
Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012.....	436
Mensagem n. 331, de 19 de Julho de 2012	442
Projeto de Lei do Senado — PL n. 4.622	444